

**COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS Nº 004/2024 NO ÂMBITO DO
TERMO DE FOMENTO MTE Nº 2/2023
Plataforma Transferegov.br Nº 950962/2023**

O DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – **DIEESE**, associação privada, sem fins lucrativos, constituída na forma da lei, por meio da sua Comissão de Seleções e Contratações, torna público que está realizando **COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS, avaliada pelo PREÇO E ANÁLISE TÉCNICA**, objetivando atender as necessidades do DIEESE quanto à execução do Termo de Fomento nº 2/2023 – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023, celebrado entre o DIEESE e o Ministério do Trabalho e Emprego, com vigência até o dia 17/12/2025.

O **DIEESE** faz saber, ainda, a todos que almejam apresentar propostas no âmbito do presente processo, que a aplicação de recursos vinculados a convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres não transmuta sua condição de pessoa jurídica de direito privado e nem o obriga às regras estabelecidas para a Administração Pública no que diz respeito às licitações (Tribunal de Contas da União - Acórdão n.º 291/2011-2ª Câmara, TC-023.262/2006-4, rel. Min. Raimundo Carreiro, 25.01.2011). Assim, fica devidamente consignado que o presente processo é promovido por instituição privada, sendo certo que dele resultará ajuste entre particulares, **sob regime de direito privado**.

Servimo-nos da presente para solicitar que realize até a data de **28 de agosto de 2024, até 18H00 – Horário de Brasília**, cotação para o fornecimento dos serviços relacionados no **Objeto** e nos **Anexos I e II**, que acompanham a presente solicitação, e em observância às informações nele contidas, e condições a seguir especificadas:

DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Cotação Prévia de Preços a **“Elaboração de relatório das audiências públicas que abordam a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, no contexto dos Projetos de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024 e Projeto de Lei (PL) nº 536/2024, conduzidos no âmbito do Congresso Nacional”**, que se fizerem necessários para a realização de atividades decorrentes do Termo de Fomento nº 2/2023 – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023.
2. O valor total do contrato decorrente da presente cotação poderá alcançar até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, ressalvada a possibilidade de ampliação ou redução a ser definida em termo aditivo, respeitado o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do ajuste.
3. O preço da Proposta de Preços deve incluir obrigatoriamente todas as despesas com tributos, taxas, fretes, despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação e quaisquer outras que venham a incidir sobre os produtos a serem fornecidos e que sejam de responsabilidade da contratada.
4. As despesas com esta contratação correrão por conta do Termo de Fomento nº 2/2023 – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023, celebrado entre o DIEESE e o Ministério do Trabalho e Emprego.

5. Atender ao **Termo de Referência - Anexo I.**

DO CRITÉRIO

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO e ANÁLISE TÉCNICA**, ofertado pela prestação do serviço, constate do **TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO**: Objeto: **Contratação de pessoa jurídica - Elaboração de relatório das audiências públicas que abordam a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, no contexto dos Projetos de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024 e Projeto de Lei (PL) nº 536/2024, conduzidos no âmbito do Congresso Nacional.**

DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA

1. O endereço eletrônico para envio da proposta é convenios@dieese.org.br, em PDF.
2. A validade da cotação de preços deve ser de no mínimo 30 (trinta) dias.
3. Após o resultado será solicitado à vencedora a apresentação dos documentos fiscais, contábeis e pertinentes ao serviço a ser prestado, também em PDF e válidos com data igual ou inferior a 90 dias, para elaboração do **Contrato – Modelo Anexo III**, sendo:

3.1 Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

3.2 Qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.
- b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.2.1 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de:
 - * Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - * Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CEF.
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito Plena ou Certidão Negativa de Débito quanto ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão de Quitação Plena ou Certidão Negativa de débito quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- f) Caso o participante não esteja inscrito em um ou mais órgãos indicados neste item, deverá apresentar declaração por meio da qual justificará a ausência do documento correspondente.

3.2.2 Cumprimento do art. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

Declaração atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 7º. *São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.*

3.3.3 Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão)

- a) Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa executou de forma satisfatória ou está executando atividade compatível em características com o objeto ora cotado (valor mínimo compatível com o valor desta Cotação Prévia de Preços).

DO RESULTADO



O resultado será publicado na página do DIEESE, onde consta desta cotação prévia de preços, em até 3 (três) dias úteis após findo o prazo de apresentação de propostas:

<http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/cotacao.html>

Atenciosamente,

São Paulo, 14 de agosto de 2024

Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria
Presidenta
**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA
E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE**

ANEXO I

Termo de referência para contratação de serviços especializados

O DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE, associação privada, sem fins lucrativos, constituída na forma da lei, por meio da sua Comissão de Seleções e Contratações, torna público que está realizando cotação de preços para a contratação de serviços técnicos na atividade de:

Elaboração de relatórios das audiências públicas que abordam a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, no contexto dos Projetos de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024 e Projeto de Lei (PL) nº 536/2024, conduzidos no âmbito do Congresso Nacional.

Tal atividade tem por objetivo atender as necessidades do DIEESE quanto à execução do Termo de Fomento nº 2/2023 – Transferegov.br nº 950962/2023, para execução do “*Projeto para fortalecimento das iniciativas do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho através de estudos, pesquisas, capacitação e divulgação de informações em temas relevantes para uma melhor compreensão das questões ligadas ao mercado de trabalho, assim como para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao emprego e à renda*”.

O DIEESE faz saber, ainda, a todos que almejam apresentar propostas no âmbito do presente processo, que as despesas com esta contratação correrão por conta do Termo de Fomento nº 2/2023 – Transferegov.br nº 950962/2023, celebrado entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego.

Servimo-nos do presente para solicitar que realize, até a data de 28/08/2024, até 18h00 – Horário de Brasília, cotação para o fornecimento dos serviços relacionados no Objeto deste Termo de Referência.

Objeto

Contratação de pessoa jurídica para assessorar na atividade de:

- Elaboração de relatórios das audiências públicas que abordam a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, no contexto dos Projetos de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024 e Projeto de Lei (PL) nº 536/2024, conduzidos no âmbito do Congresso Nacional.

Contexto e Justificativa

A contratação prevista neste Termo de Referência está em conformidade com o Termo de Fomento nº 2/2023 – Transferegov.br nº 950962/2023, celebrado entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego, cujo objeto é fortalecer as iniciativas do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho através do estímulo à realização de estudos, pesquisas, capacitação e divulgação de informações visando produzir resultados centrados em temas relevantes para uma melhor compreensão das questões ligadas ao mercado de trabalho, assim como para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao emprego e à renda.

Atividades previstas

- Comparecimento às audiências públicas designadas pelo contratante no Congresso Nacional;
- Realização de transcrição detalhada das intervenções dos participantes, incluindo falas dos parlamentares, especialistas, representantes da sociedade civil e demais envolvidos;
- Elaboração de relatório completo de cada audiência pública, contendo um resumo objetivo dos temas abordados, análise das discussões e conclusões relevantes;
- Elaboração dos relatórios em formato digital, seguindo o prazo estabelecido pelo contratante após a realização de cada audiência.

Produtos esperados e prazos

| Produtos | Mês de Início | Mês de Término |
|---|---------------|----------------|
| Relatórios das audiências públicas que abordam a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, no contexto dos Projetos de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024 e Projeto de Lei (PL) nº 536/2024, conduzidos no âmbito do Congresso Nacional. | Set/2024 | Dez/2024 |

Cronograma de pagamentos

| Parcelas | Valor | Prazo |
|----------|-------|---------------------------------------|
| 1 | 50% | 30 dias após a assinatura do contrato |
| 2 | 50% | Com a entrega dos relatórios finais |

Requisitos da Prestação de Serviços

Financeiros, Operacionais e de Gestão

- Todos os impostos, taxas, mão de obra, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento do objeto devem estar contemplados no preço da proposta.

Recebimento da Proposta

- O endereço eletrônico para envio da proposta é convenios@dieese.org.br, em PDF.
- A validade da cotação de preços deve ser de no mínimo 30 (trinta) dias.

São Paulo, 14 de agosto de 2024.

Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria

Presidenta

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS
Nº 004/2024 Termo De Fomento nº 2/2023 – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023

PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ **TELEFONE:** _____ **e-mail:** _____

| (A) | (D) |
|--|------------------------------------|
| Valor estimado da despesa (R\$) - Até | Valor da Proposta (R\$) |
| R\$ 80.000,00 | R\$ XX,XX |

PREÇO

O preço a ser pago pelo DIEESE compreenderá todos os custos necessários à execução dos serviços, objeto desta Cotação Prévia de Preços, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução, de modo que nenhum outro ônus seja devido à contratada. Todos os impostos e despesas necessárias ao correto fornecimento estão inclusos no preço.

VALIDADE DA PROPOSTA

_____ (_____) dias úteis contados a partir do envio da PROPOSTA COMERCIAL (não inferior a 30 dias).

Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições desta Cotação Prévia de Preços, integrante desta proposta.

_____, _____ de _____ de 2024.

Representante Legal

Nome:

CPF:

Cargo:

ANEXO III

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 004/2024 – TF MTE - CTASP

CONTRATANTE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

CONTRATADA: ().

PREÇO: Preço global limitado a R\$ xxxxx,00 (xxxxxxxxxxxxxx).

O DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE, inscrito no CNPJ nº 60.964.996/0001-87, situado à Rua Aurora, 957, 1º andar, Centro, São Paulo – SP, neste ato representado pela sua Presidenta, Sra. Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, portadora do CPF nº 106.597.178-83 e da cédula de identidade nº. 14.326.822-3/SSP-SP, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa xxxxxxxxxxxx, vencedora da Cotação Prévia Nº 004/2024 TF MTE, no âmbito do Termo de Fomento Nº 2/2023 – DIEESE – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023, neste ato representada pelo seu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx do CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Instrumento tem por objeto a “**Contratação de pessoa jurídica - Elaboração de relatório das audiências públicas que abordam a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, no contexto dos Projetos de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024 e Projeto de Lei (PL) nº 536/2024, conduzidos no âmbito do Congresso Nacional**”, para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os serviços descritos no caput desta cláusula serão prestados no âmbito do Termo de Fomento nº 2/2023 – DIEESE – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023, firmado entre o DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE e o MINISTÉRIO DO TRABALHO E ECONOMIA, com vigência originalmente definida até dia 17 de dezembro 2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, exceto no caso de cooperativas de prestação de serviços, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando o **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS

Este instrumento de contrato guarda inteira conformidade com os termos da Cotação Prévia de Preços nº 004/2024 – Termo de Fomento nº 2/2023 – DIEESE – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023, do qual é parte integrante, como se aqui estivesse integralmente transcrito, vinculando-se, ainda a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da parte **CONTRATANTE**, além das demais expressamente previstas neste Instrumento e de outras decorrentes da natureza do ajuste:

- a) proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- c) designar uma pessoa para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste instrumento;
- d) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da **CONTRATADA**, necessários para a execução do serviço, bem como atestar as Notas Fiscais durante a vigência do Contrato;
- e) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** na forma e no prazo estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à **CONTRATADA**:

Assessorar nas atividades de:

- 1) Elaboração de relatório das audiências públicas que abordam a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, no contexto dos Projetos de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024 e Projeto de Lei (PL) nº 536/2024, conduzidos no âmbito do congresso Nacional.

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS

Estão previstas no serviço as atividades a serem executadas pela **CONTRATADA**:

- a) Comparecimento às audiências públicas designadas pelo contratante no Congresso Nacional;
- b) Realização de transcrição detalhada das intervenções dos participantes, incluindo falas dos parlamentares, especialistas, representantes da sociedade civil e demais envolvidos;
- c) Elaboração de relatório completo de cada audiência pública, contendo um resumo objetivo dos temas abordados, análise das discussões e conduções relevantes;

- d) Elaboração dos relatórios em formato digital, seguindo o prazo estabelecido pelo contratante após a realização de cada audiência.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá a vigência de xxxxxxxx, a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante ajuste entre as partes e celebração de Termo Aditivo, e desde que vigente o Termo de Fomento Nº 2/2023 – DIEESE – Plataforma Transferegov.br nº 950962/2023, ao qual se vincula.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

Pelos serviços executados, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total estimado de **R\$ xxxx,00 (xxxxxxx)**, no período de vigência do contrato, estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução.

PARÁGRAFO ÚNICO. O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, previsto no caput desta Cláusula, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer recusa ou reclamação, sendo facultada a supressão além desse limite mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Para a realização dos serviços previstos neste contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ xxxxx,00 (xxxxxxx reais) em xxxxxxxx parcelas, conforme item **8.2 da CLÁUSULA OITAVA**.

8.2. O **CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento à **CONTRATADA** em até 5 (cinco) dias úteis, através de depósito bancário em conta corrente, após apresentação pela **CONTRATADA** da Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços executados no período equivalente ao do pagamento, que deverá vir acompanhado do relatório dos serviços efetivamente prestados e validados pelo **CONTRATANTE**, bem como indicação bancária contendo banco, agência e conta corrente.

8.3. Caso haja atraso na apresentação dos documentos, o vencimento da parcela respectiva será prorrogado por tantos dias quantos forem necessários para a regularização da documentação.

8.4. O pagamento está condicionado à apresentação dos documentos atualizados que comprovem a Situação Fiscal da **CONTRATADA**.

Em não havendo pendência impeditiva, o pagamento será efetuado pelo DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE via Plataforma Transferegov.br - Sistema de Convênios do Governo Federal, no prazo não superior a **05 (cinco) dias úteis**, mediante apresentação de nota fiscal/fatura, que deverá informar no corpo das Notas Fiscais os dados bancários para depósito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A verificação do adimplemento de cada parcela deverá ocorrer no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As faturas devem vir acompanhadas das certidões negativas que comprovem sua regularidade fiscal, o pagamento das mesmas está condicionado a sua apresentação, caso aconteça qualquer irregularidade, o pagamento ficará suspenso até sua regularização junto aos órgãos competentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS AUTORAIS

A **CONTRATADA** cede ao **DIEESE** os direitos autorais, patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual para todos os produtos (código-fonte, textos, roteiro, manual, ficha de trabalho etc.) nos casos em que tais direitos derivem dos trabalhos e documentos produzidos no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA

Na medida em que o trabalho da **CONTRATADA** envolver trabalho com crianças e/ou adultos em situação de risco (Pessoas Vulneráveis), a mesma tomará todas as medidas razoáveis para garantir a sua segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÔNUS E ENCARGOS

Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, à locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo nenhuma transferência do ônus ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

O **CONTRATANTE** designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Da mesma forma, a **CONTRATADA** deverá indicar um preposto para, se aceito pelo **CONTRATANTE**, representá-la na execução do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou preposto, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens do **CONTRATANTE** em decorrência da prestação dos serviços, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

PARÁGRAFO ÚNICO. O **CONTRATANTE** estipulará prazo à **CONTRATADA** para reparação de danos porventura causados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO poderá, a critério da **CONTRATANTE**, ensejar a sua rescisão unilateral, com as consequências contratuais.
2. Constituem motivo para a rescisão do CONTRATO:
 - a) O não cumprimento, total ou parcial, ou o cumprimento irregular ou insatisfatório de cláusulas deste CONTRATO.
 - b) O atraso injustificado do fornecimento.
 - c) A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**.
 - d) A subcontratação total ou parcial do objeto deste CONTRATO.
 - e) A associação com terceiros, a cessão ou transferência total ou parcial do CONTRATO.
 - f) A fusão, incorporação, cisão ou dissolução da **CONTRATADA** ou qualquer alteração social que possa, a critério da **CONTRATANTE**, prejudicar a execução do CONTRATO.
 - g) O não atendimento das determinações regulares da **CONTRATANTE**.
 - h) O requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou a decretação de falência da **CONTRATADA**, ou o protesto de títulos, ou a emissão de cheques sem a devida provisão de fundos caracterizadores de sua insolvência.

- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, que possa impedir a execução do CONTRATO.
- 3. O fato que motiva a rescisão contratual deverá ser formalmente caracterizado, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa da outra parte.
- 4. Na hipótese de a rescisão ser por culpa da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** autorizada a reter o que esta tiver direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, segundo a gravidade da falta cometida, o DIEESE poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) computada por dia de atraso, pelo não atendimento às exigências constantes neste contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em decorrência das seguintes hipóteses:
 - c.1.) o não cumprimento de cláusulas contratuais;
 - c.2.) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais,
 - c.3.) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, vedadas quaisquer outras formas de ajuste ou parceria com terceiros não admitidos pelo contratante;
 - c.4.) o desatendimento das determinações regulares do contratante;
 - c.5.) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - c.6.) a dissolução da sociedade;
 - c.7) suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - c.8.) suspensão temporária de participar de processos de seleção e de contratação levados a efeito pelo DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS -

DIEESE, pelo prazo de 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, admitida a reabilitação, desde que ressarcidos os prejuízos.

A aplicação das penalidades indicadas nos itens anteriores não exclui a aplicação de outras sanções previstas nesta Cotação Prévia de Preços e no Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado entre o DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE e o Fornecedor vencedor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As multas referidas nesta cláusula serão descontadas de pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, ou cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A critério da **CONTRATANTE** poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado pela **CONTRATADA** e aceito pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia pela **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for comunicada pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da execução deste contrato, será o da cidade de São Paulo - SP.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelos representantes das partes.

São Paulo, xx de xxxx de 2024.

CONTRATANTE

**Departamento Intersindical de Estatística e
Estudos Socioeconômicos – DIEESE**

CONTRATADA

XXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome: